

Até lotérica dava comissão

O deputado João Alves cobrava comissões dos donos de casas lotéricas onde fazia suas apostas. A declaração é do proprietário da Camisa 10, Homero Vieira, que fez as apostas do deputado entre 1990 e 1991. Segundo o dono da lotérica, João Alves reclamava que a loja ganhava muito dinheiro com seus jogos. O deputado resolveu então reivindicar metade da comissão a que a casa tinha direito, que é de nove por cento.

Para fazer um jogo na loteca com a certeza de sair ganhador é necessário apostar um milhão, 415 mil 128 cartões. O custo total da aposta fica em 35 milhões 378 mil cruzeiros reais. A comissão da casa lotérica, só por esse jogo, é de CR\$ 3 milhões 184 mil. Isso significa que se o deputado fizesse a aposta máxima na loteca hoje, exigiria um desconto equivalente a aproximadamente oito mil 400 dólares. Ou seja, em vez de gastar cerca de 185 mil dólares com a aposta, o deputado João Alves gastaria 176 mil 600 dólares. O restante do dinheiro seria lavado na própria aposta.

Homero Vieira afirma que dar comissão para quem traz jogos altos para as lotéricas é uma prática comum. No caso do deputado João Alves, Homero Vieira diz que valia a pena abrir não de metade da sua comissão, porque os jogos eram muito altos. Na época, os funcionários da Camisa 10 trabalhavam dia e noite com 21 máquinas da Caixa Econômica Federal para poder processar todas as apostas do deputado. O dono da casa lotérica diz que não ganhou muito dinheiro com os jogos de João Alves, porque tinha muitos gastos com horas-extras de funcionários e papel.

O departamento de loterias da Caixa Econômica não considera as operações feitas pela Camisa 10 irregulares. Segundo o órgão, os revendedores podem fazer o que quiserem com suas comissões. A Caixa Econômica apenas deposita na conta dos proprietários a comissão de nove por cento sobre as vendas realizadas. O fato de fechar as portas para o atendimento ao público e continuar processando grandes apostas também não é ilegal. Segundo o Departamento de Loterias, o único problema que pode ocorrer é com a Justiça do Trabalho, caso os funcionários não recebam os seus direitos.